



Prefeitura
de Jundiaí



EDITAL PUBLICADO COM RECURSOS DA LEI EMERGENCIAL ALDIR BLANC Nº. 14.017/2020

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Eu, (NOME COMPLETO DO PROPONENTE), portador(a) do RG nº (Nº DO RG) e CPF nº (Nº DO CPF), representante legal de Espaço ou Território Cultural (NOME DO ESPAÇO/TERRITÓRIO CULTURAL / RAZÃO SOCIAL se houver), inscrito no CNPJ nº (Nº DO CNPJ - quando for o caso), localizada(o) no endereço (ENDEREÇO COMPLETO COM CEP), na cidade de Jundiaí-SP, **selecionado** na **Chamada Pública nº 02/2020 – Edital de Credenciamento de Espaços e Territórios Culturais** da cidade de Jundiaí, com o Projeto (TÍTULO DO PROJETO INSCRITO) apoiados pela Lei nº 14.017/2020 de Emergência Cultural, denominada Lei Emergencial Aldir Blanc, **DECLARO** sob as penas da lei que o Espaço ou Território Cultural:

I - está ciente e concorda com as condições da contratação;

II - apresenta regularidade fiscal e trabalhista, estando apto para a contratação;

III - inexistirem fatos impeditivos para a presente propositura, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

IV - não empregar menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregar menor de dezesseis anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;

V – que, nos termos do Decreto Municipal n. 28.342, de 26 de julho de 2019, não possui em seu contrato societário cônjuge, companheiro ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, detentor de cargos de direção, chefia ou assessoramento da Administração Pública do Município de Jundiaí; e

VI – que durante a vigência do apoio emergencial não haverá contratação ou remuneração, a qualquer título e com os recursos repassados por força do Instrumento em referência, de servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança de órgão ou entidade da Administração Pública celebrante, ainda que previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Por fim, **DECLARO** sob as penas previstas na legislação, **que as informações prestadas nesta declaração são verdadeiras**, e que estou ciente das penalidades previstas no art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, sem prejuízo das sanções administrativas e civis pertinentes.

Jundiaí, _____ de _____ de 2020.

(Assinatura igual à do documento de identificação)

NOME:

CPF: